

GT 29 - EDUCAÇÃO E ETNICIDADE AFROBRASILEIRA E AFRICANA

REPRESENTAÇÕES DA ÁFRICA E DA CULTURA AFROBRASILEIRA NO ENSINO SUPERIOR

Ana Cláudia Feliciano da Silva (UEPB)¹
Patrícia Cristina de Aragão Araújo (UEPB)²
Hercília Maria de Andrade Souza (UEPB)³

Resumo

O presente artigo discute sobre a África e a cultura afro-brasileira no ensino superior a partir das representações construídas em torno das novas perspectivas e possibilidades em analisar o Ensino Africano e Afro-brasileiro no âmbito educacional. Nele abordaremos sobre a visão elaborada sobre estes segmentos, os estudos multiculturais e a percepção em torno dessas etnias, suas histórias e práticas culturais a partir da formação do professor no mundo acadêmico e o cotidiano de suas práticas docentes. Este estudo faz parte de um projeto de pesquisa em andamento do Programa PROPESQ/UEPB - Campina Grande-PB, que discute sobre as africanidades e afrobrasileiridades no ensino superior. Nosso objetivo é entender como futuros professores de história se capacitam acerca da temática africana em sua formação universitária. A metodologia utilizada para a elaboração deste artigo está baseada numa pesquisa bibliográfica, onde partiremos da leitura de trabalhos, da análise da lei 10.639/03 e como ela repercutiu no setor acadêmico para a formação dos graduandos.

Palavras-chave: Ensino Superior. Cultura Afro-brasileira. História. Representações. África

¹Graduanda em História. Pesquisadora do PROPESQ/UEPB. E-mail: anaclaudinhak@hotmail.com

²Professora de História. Doutora em Educação. E-mail: Cristina-aragão21@hotmail.com

³Graduanda em História. Pesquisadora do PROPESQ/UEPB. E-mail: Hercília-andrade@hotmail.com

*“A Educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo”
(Nelson Mandela)*

Este estudo parte de uma análise bibliográfica sobre as questões relativas ao ensino da cultura africana e afro-brasileira na educação a partir da realidade do ensino superior, em curso de licenciatura em História. Discutiremos acerca da Lei 10.639/03 e sua repercussão no ensino superior, como também construiremos uma abordagem teórica a partir dos estudos de autores como Stuart Hall e Tomas Tadeu da Silva, neles refletiremos como suas contribuições dão ênfase para se pensar o contexto do estudo africano e como pode ser inserido na educação. Como abordagem metodológica partiremos de uma pesquisa bibliográfica no sentido de que a partir dela possamos refletir acerca da relação Negro e educação no contexto do curso de nível superior. Torna-se importante a discussão dessa temática tendo em vista que elas nos leva a pensar sobre o lugar social do Negro na educação e a maneira como para ele esta foi pensada. Iniciaremos nossa discussão falando sobre a formação inicial de professor no curso de graduação e a temática em torno da negritude, em seguida discutiremos sobre a Lei 10.639/03, sua inserção no ensino superior, e as possibilidades e perspectivas desta lei para os futuros licenciandos.

Este trabalho não seria possível se a historiografia não tivesse passado por rupturas significativas desde que a História fora instituída como ciência no século XIX, os métodos e perspectivas de escrever e pensar acerca da História conquistaram grande evolução. A historiografia passou então por grandes modificações metodológicas, e a anexação de novos tipos de fontes e linguagens. No século XX, com a chamada terceira geração dos Annales deixou sua marca notável na historiografia prolongando-se até os dias atuais.

É nessa geração que se estendem as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação de temáticas até então excluídas da História, como mulheres, prisioneiros, operários e o foco de nossa pesquisa a negritude, ou seja, questões relativas aos estudos de uma História Cultural do Social que serão introduzidas nas pesquisas e produções históricas percebem-se neste sentido, novos paradigmas e possibilidades de contribuir para a formação da História, com teorias que buscam trabalhar o multiculturalismo acerca da Identidade e Diferença, e as representações que pairam sobre essas questões.

Os estudos pós-modernos que tratam sobre o multiculturalismo envolvem termos que costumeiramente vêm sendo trabalhados nos âmbitos acadêmicos e escolares com maior

intensidade, que são as formas de hibridismo, existindo dessa maneira a mistura das etnias, a diversidade étnica e racial e as novas identidades políticas e culturais. Longe de uniformizar o planeta, os estudos multiculturais trazem consigo a afirmação de identidades locais e regionais, assim como a formação de sujeitos políticos que reivindicam com base em garantias igualitárias, o direito à diferença. Dessa forma, a cultura torna-se instrumento de definição das políticas de inclusão social, neste sentido as cotas para minorias, programas de apoio aos grupos marginalizados, ações anti-racistas e antidiscriminatórias são experimentadas e introduzidas em toda parte.

Aprender a conviver significa respeito e abertura para relações com jogos de linguagem que representam uma heterogeneidade muito grande de elementos sociais, políticos e culturais, portanto, diz respeito à habilidade pessoal de permitir a aproximação e não o afastamento do Outro, através do interesse, da escuta, do diálogo. A condição pós-moderna realçou os questionamentos sobre as diferenças, colocou o Outro como alguém que mesmo vivendo de forma diferente, pode/deve ser reconhecido como “nós”, e acentuou a flexibilidade como uma categoria política central para pensarmos sobre as mudanças que devemos proceder.

No sentido de visualizar acerca da Identidade, percebe-se nas novas perspectivas dos estudos pós-modernos que a Identidade não é fixa, essencial ou permanente, ela se encontra em constante transformação. Segundo HALL (2001):

“A Identidade plenamente unificada, completa segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente”.(HALL, 2001, p.13)

Não existindo uma identidade segura, única, isso se caracteriza como uma utopia, o hibridismo é quem irá tratar dessas questões que põem as Identidades como mescladas, influenciadas, elas se transformam de acordo com o lugar e os momentos em que estão inseridas.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. As diferenças entre as nações residem nas formas diferentes pelas quais elas são imaginadas, através das narrativas que são contadas e recontadas nas literaturas, mídias e na

cultura popular, como também nos discursos acerca das invenções das tradições e mitos fundacionais. Nesse sentido, HALL (2001), enfatiza que:

“Devemos ter em mente três conceitos, ressonantes daquilo que constitui uma cultura nacional como uma “comunidade imaginada”: as memórias do passado; o desejo por viver em conjunto; a perpetuação da herança.” (HALL, 2001, p.58.)

As identidades nacionais não subordinam todas as outras formas de diferença e não estão livres do jogo de poder, de divisões e contradições internas, de lealdades e de diferenças sobrepostas. Assim, quando se discute, se identidades nacionais estão sendo deslocadas, devemos ter em mente a forma pela qual as culturas nacionais contribuem para “costurar” as diferenças numa única identidade.

Segundo WOODWARD (2005), o conceito de identidade é importante para examinar a forma como a identidade se insere no “circulo da cultura” bem como a forma pela qual a Identidade e a Diferença se relacionam com o discurso sobre a representação. De acordo com CHARTIER (1990) que trabalha questões acerca das representações, contribui com suas obras no âmbito da História Cultural percebe que esta deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, uma vez que as representações podem ser pensadas como “(...) esquemas intelectuais, que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o Outro se torna inteligível e o espaço passa a ser decifrado”.

Nesse sentido, a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. Assim, é através dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. A representação uma vez compreendida como um processo cultural estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas as indagações que são propostas, desta forma os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem falar. Onde é justamente a partir desses questionamentos acerca dos discursos e representações que se construíram os estereótipos envolvidos nas culturas africanas e afro-brasileiras, tendo elas nos estudos recentes a possibilidade de através dos novos paradigmas, perspectivas e possibilidades se transformarem e mostrar que sua história percorre e se insere para além do processo de escravidão, a diversidade cultural neste momento está interligada nos novos discursos e representações que norteiam as pesquisas e os autores nos estudos pós-modernistas.

Com relação à Identidade e a Diferença, SILVA (2000), aponta que ambas só fazem sentido se compreendidas uma em relação à outra, onde a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade, sendo ambas inseparáveis.

Perspectivas e Possibilidades na Formação Docente com base na Lei 10.639/03

Com a inserção do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira nas escolas a partir da aplicação da Lei 10.639/03, tanto pôde representar mudanças consideráveis no ensino como também despertar discussões essenciais com relação a qualidade de ensino nas escolas e assim questionar a formação de professores. As concepções e imagens mitológicas que foram construídas em torno dos aspectos raciais no Brasil necessitam de transformações apresentando novas perspectivas e possibilidades, caberá então aos profissionais competentes essa árdua, porém possível tarefa.

A formação docente cada vez mais com o passar dos tempos conquista novos estudos e abordagens, tendo em vista as modificações aceleradas que afetam a sociedade, a educação e a escola, como também os estudos e discussões acerca da formação e da prática pedagógica de professores, tendo estes que se atualizar e aperfeiçoar-se com as novas tendências que se apresentam em vários ramos de pesquisa na atualidade. Para tanto é desafiador a temática História e Cultura Africana e Afro-brasileira, poder enxergar para além da escravidão e propor um ensino que transmita a riqueza cultural e social desses povos, dessa forma a Lei que visa promover a equidade social e uma nova consciência, transparece e exige a importância da formação dos professores para garantir a efetivação desse projeto com sucesso, conforme almeja a regulamentação.

A implementação da Lei 10.639/03 nas escolas, põe em discussão além da qualidade de ensino, a formação de professores que a muito vem levantando questionamentos acerca da eficácia no ensino das escolas brasileiras, essa situação requer contornos mais aprofundados já que tratamos de questões raciais que prevalecem na mentalidade das pessoas de forma preconceituosa, devido à herança eurocêntrica que nossa história carregou durante um longo período, levando em consideração esses pontos, esse mito da democracia racial que impera no Brasil precisa ser desfeito cabendo aos profissionais não só da História, mas de outras áreas também desmistificar essa ideologia.

Nos diversos debates acerca das reformas educativas pode-se perceber como estas consideram que uma formação bem sucedida, de qualidade para os alunos, depende de uma formação bem qualificada dos professores. Segundo FERREIRA (2008):

Na reestruturação educativa de vários países, os professores aparecem como agentes inovadores nos processos pedagógicos, curriculares e organizacionais, para transformação da escola e dos sistemas escolares. Requer-se deles que sejam mais bem preparados para lidar com novas exigências curriculares, especialmente pelo desenvolvimento de competências e habilidades profissionais em novas condições e modalidades de trabalho.” (FERREIRA, 2008, p.228)

Sendo assim, é essencial evidenciar como se torna importante a formação desses profissionais na construção de um currículo que apresente novas perspectivas para se analisar questões referentes à sociedade, destacando a equidade social e a diversidade cultural, como também ter a devida capacidade em desconstruir todos os estereótipos que foram anexados as culturas africanas. Assim a inclusão da História e cultura africana e afro-brasileira nos currículos educacionais mostra o desafio e a necessidade de que haja profissionais qualificados para interagir com as teorias e práticas necessárias em sala de aula.

LIBÂNIO (1992) “percebe a formação profissional como um processo pedagógico, intencional, e organizado, de preparação teórico - científica e técnica do professor para dirigir competentemente o processo de ensino”. Desta forma, a capacitação profissional do professor implica numa contínua interpretação entre teoria e prática, a teoria vinculada aos problemas reais postos pela experiência e a ação prática orientada teoricamente.

A formação docente não se compreende apenas pela acumulação de cursos, conteúdos e técnicas, mas por meio de um trabalho permanente de reflexão crítica e de construção de uma identidade pessoal-profissional. Ao desenvolver essa habilidade em refletir sobre suas ações, o docente contribui para concretização de novos conhecimentos, estimulando sua capacidade e autonomia intelectual facilitando ao profissional pensar e promover mudanças. O professor enquanto prático-reflexivo constrói uma teoria própria, explicativa de sua prática, contribuindo para sistematização de novos conhecimentos.

Partindo para os cursos de formação que enfatizem a História e Cultura africana e afro-brasileira, é esperado que suas propostas e atividades sejam embasadas numa concepção de formação que priorize o desenvolvimento das habilidades prático-reflexivas do professor. Estas propostas visualizam possibilidades para que o docente repense e reconstrua seus saberes, interagindo as habilidades acadêmicas com a competência pedagógica, para efetivar

de forma bem sucedida atividades e situações didáticas que surgem como resposta ou reação aos acontecimentos reais de salas de aula. Considerada um importante elemento para a mudança educativa, a profissionalidade docente evidencia a necessidade de uma revisão aprofundada nos aspectos que dizem respeito aos moldes formativos, as políticas de aperfeiçoamento e fortalecimento da profissão docente, que passa a integrar um conjunto de habilidades, competências, atitudes e valores que compõem a especificidade de ser professor. Para FERREIRA (2008):

“A profissionalização depende, entre muitos fatores, de como o professor compreende e analisa as suas práticas educativas, como articula saberes da docência no seu ato de ensinar; como reflete na ação diante do inesperado e do desconhecido. Tudo isso constitui grande parte de sua atividade, bem como reflete sua prática educativa distanciada do dia-a-dia na busca por novas possibilidades de agir no ensino.” (FERREIRA, 2008, p.233)

A prática de refletir além de propiciar ao professor uma leitura crítica da experiência vivenciada, o conduz a um processo de criação. Quando a efetivação dessa prática reflexiva atua em patamares marcados pelo individualismo levantam-se inúmeras dificuldades, já que a reflexão promove atividades coletivas tanto crítica como sistematicamente. Nesse sentido, ALARCÃO (2003) aponta que:

“O professor não pode agir isoladamente em sua escola. É nesse local, o seu local de trabalho, que ele, com os outros, com os colegas, constrói a profissionalidade docente. Mas se a vida dos(as) professores(as) tem o seu contexto próprio, a escola, esta tem que ser organizada de modo a criar condições de reflexividade individuais e coletivas. Vou ainda mais longe. A escola tem de se pensar a si própria, na sua missão e no modo como se organiza para cumpri-la. Tem, também ela, de ser reflexiva.” (ALARCÃO, 2003.)

As capacidades da reflexão devem se posicionar como ponto inicial para que o professor reconstrua seus questionamentos, suas intervenções pedagógicas e conhecimentos profissionais, se transformando em investigador e sujeito que produzem saberes.

Ações Afirmativas no Ensino Superior

Em detrimento da Lei Federal 10.639/03, promulgada através do governo “Lula”, afirma que:

“Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo

incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional” (Lei n. 10.639, de 09 de Janeiro de 2003, apud CATELLI).

Posteriormente, essa lei foi alterada para a Lei 10.645/08 para incorporar e abranger o ensino da História e da Cultura indígena. Contudo, por meio da Lei 10.639/03 que alterava o currículo escolar, os estudos e discussões sobre as temáticas que envolvem os africanos e seus descendentes se efetivaram e alcançaram amplamente as instituições de formação de professores, ou seja, o ensino superior que constantemente vêm reformulando e produzindo novas medidas para a abordagem e discussões que são introduzidas e efetivadas no meio acadêmico, promovendo desta forma, novos horizontes e perspectivas para a introdução do ensino africano e afro-brasileiro nas aulas de história, já que os responsáveis por tal feito são os profissionais que estão se capacitando nos cursos de licenciatura nas Universidades.

Nesse sentido, a história africana que era transmitida no meio educacional, limitava-se ao estudo da escravidão, com o fim dela sucumbia o legado africano e afro-brasileiro que passou a ser marginalizado e excluído da História até então, desta forma, se torna essencial resgatar também toda a riqueza das várias formações culturais africanas que integram hoje nossa língua, hábitos culturais, formas de pensamento, que são parte constitutiva de nossa identidade. Sendo assim, os novos estudos históricos delimitam-se a focalizar acerca de uma leitura onde os africanos e afro-descendentes se apresentam como construtores de sua própria história esse aspecto se apresenta de forma determinante para a construção de um novo olhar sobre a História afro-brasileira e conseqüentemente, de seus sujeitos históricos.

Essa nova leitura acerca dos estudos africanos é fundamental na formação dos futuros professores, já que estes são construtores do conhecimento e viabilizam esse novo discurso para o entendimento dos alunos nas escolas. O professor é o mediador das informações, cabendo-lhe a função de desmistificar as questões eurocêntricas que permearam o ensino de história durante um longo período e que refletiram nos estudos posteriormente, confundindo a trajetória do Negro restrito apenas ao sistema escravista. É justamente no ambiente acadêmico que estas medidas devem ser transformadas, tendo em vista que os alunos de graduação em licenciatura de História no decorrer do curso já se depararam de alguma maneira ao longo de sua formação com esses estudos africanos, através de disciplinas específicas, discussões interligadas com outros componentes, como também eventos diversos: palestras, simpósios e congressos.

Dentre as políticas de inserção dos estudos africanos e afro-brasileiros nas Universidades estão os NEABs (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros), onde desenvolvem

ações voltadas para incentivar o fortalecimento e a criação de núcleos e programas de pesquisa, extensão que levantem questionamentos acerca das populações afro-brasileiras e indígenas, estimulando no âmbito das instituições a reflexão acerca das desigualdades etnicorraciais e das políticas de promoção de igualdade, como também subsidiar a elaboração, acompanhamento e avaliação das diferentes agências públicas e sistema de ensino com vistas à implementação de políticas públicas de diversidade cultural.

Em contrapartida as instituições de ensino superior se propõem a realizar algumas ações que viabilizem as atividades dos NEABs, acerca dos incentivos às pesquisas voltadas para os conhecimentos de matrizes africanas e indígenas, formulação de políticas públicas voltadas para a diversidade étnico-racial nos sistemas de ensino, estímulo à criação, desenvolvimento e consolidação de pós-graduação sobre estudos africanos, afro-brasileiros e indígenas, fomento e consolidação de experiências de pesquisa e extensão na área de formação de professores para superação de práticas de racismo e de discriminação. Segundo consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, cabe aos NEABs um papel fundamental, que seria o de participar da articulação com sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade etnicorracial, como também auxiliar na identificação de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e de aprendizagem, entre outros.

Contudo, devemos ter em mente que apesar do que já se foi instituído nas Universidades com relação aos estudos africanos, em algumas Instituições de graduação ainda é falho os incentivos e as oportunidades que circulam no fazer e explorar dessas temáticas. Deveria haver mais empenho por parte dos departamentos e coordenações dos cursos de licenciatura nas atividades e na criação de mais componentes curriculares que contemplassem as abordagens e o ensino africano e afro-brasileiro, no entanto, comparado ao que já existia, já houve grandes transformações e incentivos que viabilizem esse saber aos futuros profissionais de História.

Nas Universidades, o ensino sobre África tem por finalidade apresentar aos graduandos nas áreas das Humanidades, os principais debates historiográficos que norteiam atualmente a História e suas relações com a História do Negro no Brasil. A obrigatoriedade do ensino da História da Cultura Afro-brasileira em todas as escolas de ensino fundamental e médio, cujo conteúdo programático inclui a História da África e dos africanos impulsionou por sua vez mudanças importantes nos currículos acadêmicos e ao mesmo tempo, criou-se

novas demandas entre os profissionais da história. Desse modo, as Instituições de Ensino Superior adicionaram em seus currículos a disciplina de História da África e realizaram contratações de profissionais especializados para desenvolverem pesquisas históricas que contribuam ainda mais para a qualificação do graduando, que esteja apto para repassar o conhecimento e possa fazer a diferença na vida dos discentes nas salas de aula.

Considerações Finais

Essa pesquisa objetivou apresentar questionamentos, discussões e análises bibliográficas acerca da temática do ensino da História e Cultura africana e afro-brasileira na educação, a partir das perspectivas apresentadas no ensino superior, no curso de Licenciatura em História. Foi de fundamental importância adquirir esse conhecimento, já que essa temática no contexto do ensino de graduação é essencial para a formação do professor que está se preparando para ingressar no âmbito escolar, justamente para desmistificar a visão eurocêntrica que os discentes possam ter com relação à cultura africana.

Para tanto, foram expostos apontamentos que circulam nos estudos pós-modernos, a exemplo dos estudos multiculturais, a relação da Identidade e da Diferença com as representações que por um longo tempo foram construídas acerca dos estudos africanos, em mídias e livros, com sentido imaginário de perceber essa cultura.

Porém, devemos pensar e analisar o porquê, que demorou tanto tempo para se impor esse estudo nos âmbitos educacionais, seja ele acadêmico ou básico, por um longo tempo essa história permaneceu manipulada e que por sua vez norteou o ensino, no entanto, é trabalho e função importante para os docentes não só de História, mas de qualquer outra área, desbancar essa ideologia, e mostrar um verdadeiro caminho para conhecer sobre a cultura africana e afro-brasileira.

Portanto, a introdução da História Africana e afro-brasileira no currículo do ensino básico e superior tende a ampliar o debate em torno das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, e especificamente, no ensino superior onde o alargamento no conhecimento dos futuros professores poderá repercutir na interpretação de seus alunos no que diz respeito às experiências passadas dos afro-brasileiros, com vista para uma melhor compreensão da atualidade e estudos futuros.

Referências Bibliográficas

ALARCÃO, Isabel. **“Professores reflexivos em uma escola reflexiva”**. São Paulo: Cortez. 2003.

CHARTIER, Roger. **“A História Cultural: entre práticas e representações”**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. P.17.

CATELLI JUNIOR, Roberto. **“Temas e linguagens da história: ferramentas para sala de aula no ensino médio”**. São Paulo: Scipicione, 2009. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula). P. 13.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. **“Formação de Professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva”**. Revista ACOALFAPlp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://www.acoalfaplp.net>>. Publicado em: Setembro 2008.

HALL, Stuart. **“A Identidade Cultural na pós-modernidade”**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 5. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2001. P. 07-20. P. 50-65.

LIBÂNIO, José Carlos. **“Didática”**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção magistério-2º grau. Série formação do professor). P. 27-29.

MURINELLI, Gláucia Ruivo. **“Narrativas de futuros professores de História sobre os afro-brasileiros no pós-abolição: Considerações Iniciais”**. Anais Eletrônicos do IX Encontro Nacional dos Pesquisadores do Ensino de História. Florianópolis/ SC. 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **“Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais”**. Tomaz Tadeu da Silva(org.). Stuart Hall, Katheryn Woodward. – Petropolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000. P.07-19. P.73-95.

Disponível em:<<http://www.abpn.org.br/neabs/index.php>>. Acesso em: 12 de Maio de 2012.